

Ameaças e violência no dia a dia dos oficiais de justiça

Profissionais revelam, em depoimentos sigilosos, que a situação piorou nos últimos anos

SANDRO TRAUDE
DA REDAÇÃO

Eravam 7 horas da manhã. Edilson (nome fictício), oficial de justiça que atua na Comarca de Santos, estava pronto para mais um dia de trabalho. Chegava a uma favela de Cubatão para a entrega de um mandado, quando foi surpreendido por traficantes do local. Após forte ameaça, recebeu a recomendação para nunca mais voltar ao pedaço.

O homem refletiu sobre o ocorrido. Tem amor à própria vida. Por esse motivo, mesmo sabendo de sua missão, explicou na certidão (espécie de relatório encaminhado ao cartório) a situação para o juiz da vara especializada e disse que nunca mais voltaria ao local.

O relato acima é um dos muitos incidentes de violência ocorridos com oficiais de justiça no cumprimento de diligências nos territórios das regiões.

E esse é um dos vários relatos sobre a dificuldade enfrentada no dia a dia desses trabalhadores, que a Tribuna tomou conhecimento por meio de depoimentos desses servidores.

Na avaliação deles, a situação piorou ao longo dos últimos anos. Em Santos, conforme depoimentos colhidos pela reportagem, os problemas ficam concentrados em alguns morros e certos pontos da Zona Noroeste.

Tais ocorrências também são registradas em outras regiões da Baixada Santista. "Uma colega ficou com uma arma apontada na cabeça numa grande favela de São Vicente em plena luz do dia. Sempre estamos correndo riscos. É bom deixar claro que, no geral, não há hostilidade por parte da maioria das comunidades", revelou um oficial de justiça.

Outro servidor afirmou que em 2005 estava com um amigo e foi ameaçado por um jovem armado com uma faca. No ano seguinte, teve o mesmo problema.

"Em maio de 2006, uma semana antes dos ataques do



Chegar no local com o mandado nas mãos é tática para evitar problemas em regiões mais perigosas

Rio de Janeiro

Um oficial de justiça do Rio de Janeiro deteve o cumprimento em local sabidamente arriscado e foi alvo de um processo administrativo. Então, ele decidiu recorrer à Justiça para reverter a situação. O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado entendeu que "a sua recusa... não caracteriza falta funcional alguma e sim correta conduta de quem não quer morrer injustificadamente"

PCC (Primeiro Comando da Capital), procurava a numeração de uma casa. Foi surpreendido por um homem apontava uma arma para mim. (...) Não víamos nem mar de rosas", explicou.

SEQUELAS

A violência também traz sequelas à saúde. Uma servidora ficou com licença médica por al-

guns meses, com Síndrome do Pânico, após estar no meio de um tiroteio em um morro de Santos.

"Os oficiais relatam que há outros casos de afastamentos, consequência das ações de bandidos.

Por conta dessas situações, a Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Assobju) criou, há dois anos, um núcleo temático com os oficiais de justiça.

DIVERGÊNCIA

Na visão de um dos entrevistados, os profissionais do Judiciário correm mais riscos ao adentrar certos locais. "Acho que muitos podem confundir alguém do Poder Judiciário com a polícia. Estamos mais expostos do que os demais", desabafou.

Contudo, um colega discorda da essa visão. "Somos apenas mais um que está correndo risco nos esses lugares. A abordagem acontece com qualquer outro trabalhador".

Uma das táticas utilizadas para evitar problemas em regiões que estão sob o domínio de traficantes de drogas é chegar no local com o mandado nas mãos. A recomendação é entregar o documento nesses pontos, de preferência, até o meio-dia.

SORRECARDA

Os oficiais de justiça chegam ao cartório da vara especializada onde trabalham (como civil, criminal ou infância e juventude) e recebem os mandados a serem entregues. Dependendo do dia e da vara, podem receber 20 ou mais documentos.

"Essa situação é agravada em razão do déficit de funcionários em todo o Estado, que está em cerca de 4 mil. Normalmente, temos o prazo de 15 dias para entrega dos mandados, mas devido às dificuldades que enfrentamos e à falta de pessoal, alguns juizes ampliam esse período por até 30 dias", justificou.

Relatos de ameaças

A Tribuna teve acesso a um documento da Assjuju, que traz relatos de oficiais de justiça sobre ameaças e riscos à integridade física ocorridos no desempenho da função. O papel foi enviado à direção do Fórum de Santos há 2 anos. Confira parte dos relatos:

■ **Experiência oficial é recebida em uma favela de Santos por um indivíduo armado com uma pistola. Apesar de nunca ter tido problemas no local, o acesso foi impedido por uma determinação "extrema". A situação foi relatada ao juiz que disse a seguinte frase: "isso é bobagem! É coisa de partido político"**

■ **Uma servidora, em diligência em um bairro da área continental de São Vicente, trazia mandado onde figurava o marido da "chefe do comércio" local. A offi-**

cial foi agredida fisicamente, teve as roupas rasgadas e foi jogada dentro de um canal

■ **Um trabalhador do Judiciário relatou que ao descer de um dos morros de Santos com seu carro, após o cumprimento dos mandados, foi escaldado por quatro motoqueiros até a saída. "É ali, acho o endereço? É oficial, né", perguntou um dos rapazes**

■ **Oficial foi avisado numa favela de Santos que "aquele momento em diante, a segurança dos funcionários que vierem a adentrar naquele local passa a correr risco". A entrada do servidor foi permitida, mas com a advertência que depois seria por sua conta. Em contato com policiais do distrito mais próximo, foi confirmado que realmente "as coisas estão fora do controle" no local**

Centrais vão impedir servidores por região

■ **Como forma de padronizar os procedimentos, racionalizar os recursos e dar maior agilidade ao cumprimento de diligências, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) critica as chamadas Centrais de Mandados em algumas comarcas do Estado.**

Com a implementação desse novo programa, iniciado há dois anos, os equipes de oficiais de justiça passam a ser divididas por regiões nos municípios e não mais por áreas especializadas, como ocorre atualmente.

Desenvolvido inicialmente de forma experimental no Fórum de Guaratinguetá, esse novo método de trabalho é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para "modernizar e otimizar" as diligências, assim como melhorar a distribuição de pessoal noturno.

Apesar dos argumentos positivos utilizados pela presidência do TJ-SP para definir as mudanças, alguns oficiais de justiça que atuam na Baixada Santista estão preocupados com as possíveis alterações na forma de trabalho.

"O Fórum de Santos, por

Riscos

■ **"Coltado de quem pegar determinados bairros da nossa região, que são áreas de risco"**

Oficial de justiça

exemplo, possui varas especializadas há diversos anos e vários já estão há muito tempo em determinadas áreas. De repente, terço de se adaptar a "fazer tudo", dissesem eles.

"Outro colega entende que vai haver muita polêmica, devido à divisão territorial. Cuidado de quem pegar determinados bairros da nossa região, que são áreas de riscos", desabafou.

"Os oficiais de justiça serão designados pelo juiz dessa central. No entanto, em algumas comarcas da Capital, os trabalhadores chegaram a se organizar para evitar problemas na hora da divisão territorial.